

A MUDANÇA DA CAPITAL DO PAÍS À LUZ DA CIÊNCIA GEOGRÁFICA *

(Notas taquigráficas)

Eng. CHRISTOVAM LEITE DE CASTRO

Membro da Comissão de Estudos da Localização
da Nova Capital do Brasil

A natureza é sábia e na sua sabedoria formou o homem, tendo a cabeça acima do coração, como que a dizer que, acima das manifestações do coração, devem prevalecer os movimentos da inteligência. Entretanto, o homem — pobre homem — tão contingente, quantas e quantas vezes se vê na situação de sentir mais dominante a voz do coração que a da inteligência. É exatamente o que se passa comigo neste instante. Há no meu coração uma onda de sentimentos sufocando a inteligência e, assim sendo, não poderei dizer sequer uma palavra da palestra que me propus a pronunciar aqui, sem primeiro desafogar o coração. Ele está submerso em uma onda imensa de gratidão. Antes de mais nada, pois, devo desabafar esse coração, que palpita de maneira tão viva e tão intensa, de modo a coibir os movimentos da minha inteligência.

Em primeiro lugar, devo agradecer ao Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, que, num gesto de nobreza e generosidade, acaba de receber-me no seu seio agosto, como sócio correspondente, o que muito me sensibiliza. Estou, de fato, profundamente emocionado: poucas homenagens têm tocado tão fundo o meu coração como esta, de ser sócio, a partir deste instante, do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais. Tenho recebido, é bem verdade, inúmeras homenagens de distinção. Recentemente, mesmo, fui eleito sócio honorário da Sociedade de Geografia e Estatística do México, e acabo de ser eleito presidente da Sociedade Interamericana de Antropologia e Geografia. Nada, porém, me comoveu tanto como a recepção que acaba de me ser feita, e é fácil de compreender as razões dessa emoção. Essas outras homenagens de instituições estrangeiras e organizações internacionais são dirigidas ao secretário-geral do Conselho Nacional de Geografia do Brasil, ou melhor, ao Brasil, que é grande e respeitado, culturalmente, fora de nossas fronteiras. Entretanto, esta homenagem do Instituto Histórico e Geográfico tem o dom de permitir, pelo menos em parte, a ilusão de que é à minha pessoa que ela se dirige. Assim sendo, devo acolhê-la com o maior aprêzo, porque, se “Santo de casa não faz milagre”, quando alguém de casa nos presta homenagem, esta tem um sentido profundo de distinção e sinceridade. Ocorre-me ao espírito uma velha anedota francesa, que aliás é familiar: havia, numa rua de Paris, três casas de negócio, explorando o mesmo ramo de comércio e tôdas ansiosas por reunir a melhor freguesia. Um belo dia, apareceu no pórtico de uma delas a seguinte legenda — “Esta casa é a melhor do mundo”. Passou-se algum tempo, e o dono da segunda casa, um tanto ferido pela publicidade de seu concorrente, lançou este dístico à entrada de seu estabelecimento: “Esta casa é a melhor de Paris”. Chegou a vez do terceiro que, pensando profundamente nas dificuldades que se apresentavam, resolveu-as inscrevendo cheio de confiança o seguinte: “Esta casa é a melhor desta rua”. De modo que, meus senhores, ao receber esta distinção do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, eu me confesso profundamente emocionado, não sabendo, mesmo, exprimir em palavras o mundo de emoções e de gratidão que vai no meu coração. Diria talvez: “Esta é a melhor casa desta rua”.

Uma palavra de agradecimento se impõe, e muito viva, à Universidade de Minas Gerais, que se solidarizou com a presente reunião cultural, de uma maneira altamente significativa.

Conforme todos sabem, estava marcada para esta mesma hora, a aula inaugural da Universidade de Minas Gerais, referente ao ano letivo de 1947. Entretanto, o seu digno reitor, o ilustre Prof. MANUEL PIRES DE CARVALHO E ALBUQUERQUE, num gesto de grande fidalguia, tomou a deliberação de adiar a aula para amanhã, a fim de que fossem dadas à presente reunião as galas de uma prioridade encantadora. Não encontro palavras para exprimir quanto me sensibilizou essa distinção da Universidade de Minas Gerais, tão cheia de brilho e exuberância.

* Conferência pronunciada em Belo Horizonte no Instituto de Educação, a 3 de março de 1947.

Ao govêrno do Estado devo muitos agradecimentos, não só à personalidade singular, simpática e acolhedora de seu ilustre interventor e meu ilustre colega Dr. ALCIDES LINS, que teve a bondade de representar-se na presente reunião por um de seus ajudantes de ordem, como também aos seus dignos secretários de Estado, dentre os quais peço licença para destacar o Sr. secretário da Viação, o distinto Dr. ALFREDO CASTILHO que me prodigalizou de gentilezas, facilitando sobremodo a minha vinda a Belo Horizonte, a fim de proferir esta palestra, São gestos que calaram fundo em meu espírito e que me afundam o coração numa grande avalanche de emoções.

E que dizer dos meus nobres colegas, engenheiros de Minas Gerais, em cuja encantadora Sociedade, patrocinadora da presente reunião, tive hoje, à tarde, o mais gentil acolhimento?

Que dizer de colegas tão distintos, generosos e fidalgos no tratamento para comigo?

Como vêem, eu precisava desabafar-me de tão fortes emoções para poder mais livremente raciocinar. Assim, antes de passar o trabalho à inteligência, tinha que desafogar o coração agradecido. Agora sim, poderei falar alguma cousa a respeito do assunto que me trouxe perante esta douda assembléia.

* * *

O problema da mudança da capital do país é essencialmente, fundamentalmente complexo. Esta complexidade do problema é evidente e pode ser sentida de múltiplas maneiras. Uma delas, por exemplo, é a abundância dos técnicos e pessoas aos quais incumbe estudar o assunto e resolvê-lo. Num relance, vemos, pelo menos, três grandes agrupamentos de pessoas que são obrigadas a tratar da solução do problema: em primeiro lugar, a grande corrente dos políticos, a refletirem a opinião pública, em decisões oportunas. Uma segunda corrente, numerosa e precisa, é a corrente dos cientistas e dos técnicos que são chamados a estudar o problema, à procura de uma solução que seja a mais justa e satisfatória possível. Finalmente, uma terceira corrente de técnicos de administração aos quais cabe a concretização e a efetivação da medida ou seja a realização material da mudança.

Em cada uma dessas correntes existem grupos e grupos de operadores, cuja ação é a mais variada possível.

Outro aspecto pelo qual se sente bem a complexidade do problema é a sua evolução no tempo, porque do nascer da idéa à sua efetiva concretização medeia um largo período de tempo, em que se desenvolvem a decisão, o estudo e a efetivação da mudança.

Em todo problema complexo surge logo a idéa ou o desejo de esquematizar, porque a esquematização traz uma grande vantagem ao espírito, que é a da impressão do conjunto. Mas, esquematizar, sintetizar é obra difficilima, é como definir: *periculosa res*. Eu vou fazer tentativa de uma esquematização. Como poderemos esquematizar o problema vasto, imenso, complexo e difficil da mudança da capital do país? Vou procurar sintetizá-lo em três perguntas:

1 — Por que? 2 — Para onde? 3 — Como?

Essa esquematização, como tôdas, é difficil, mas, em todo o caso, o meu espírito, no momento, está sentindo que, nessas perguntas, podemos reunir, num panorama geral, todo o problema. Ademais, há nessa seqüência, como que uma correspondência no tempo. Há uma observância cronológica na seqüência dessas perguntas. Realmente, no problema da mudança da capital, há uma primeira fase, que é a formação da consciência nacional. É preciso que esta se forme no sentido de que seja considerada a mudança como uma necessidade nacional. Mas a formação da consciência nacional é em geral operação longa e demorada. Portanto, a resposta à primeira pergunta envolve uma decisão, e decisões em assuntos dessa natureza devem ser bem formadas e amadurecidas.

Em seguida, vem a pergunta: "Para onde?" Então, a consciência nacional cede lugar à cultura nacional; e os políticos que lideraram a consciência nacional são sucedidos pelos cientistas e técnicos, aos quais cabe responder esta segunda pergunta, fundamental, porquanto é de vital importância a escolha do local.

Finalmente, através da pergunta "Como?", encobre-se a última fase a ser desempenhada por aquêles que têm a seu cargo a grave tarefa de administrar o país. A eles cumpre concretizar em brilhante realidade a medida indicada como sendo a melhor solução para o problema. É uma fase de grande importância, a final: trata-se de converter em fatos o que foi aceito em pensamento e aprovado em projeto. Aí então entram em ação todos os técnicos e administradores, que hão de executar a mudança desejada para o local

escolhido. É uma fase magnífica e que deve obedecer a um planejamento justo e adequado, de maneira que os recursos e os movimentos se desenvolvam na medida das reais possibilidades da vida nacional.

São, portanto, três perguntas, envolvendo três fases diferentes do problema, colimando três ângulos da manifestação nacional: consciência, cultura e ação. Cada uma dessas fases, como é natural, compreende um conjunto de inúmeras providências, estudos e medidas.

Aí está o esquema que me ocorre ao espírito para coordenar o meu pensamento e através desse esquema poderei manifestar de maneira panorâmica este problema que é indubitavelmente mui complexo.

A presente palestra resumir-se-á no seguinte:

Uma palavrinha sobre o "Por que?"; duas sobre o "Para onde?" e uma sobre o "Como?"

Evidentemente, para ser fiel ao título da palestra, eu terei de deter-me um pouco mais na segunda pergunta. Se não me falha a memória, estou solicitado a falar da mudança da capital do país, à luz da ciência geográfica. A resposta ao "Por que?" está dada pela Constituição Federal, que determina a mudança da capital da República para o planalto central do Brasil.

Se examinarmos bem essa primeira fase, a do "Por que?", vamos sentir alguma coisa de bastante profundo na resposta a essa pergunta: é que a mudança da capital pode ser considerada como resultante de um processamento histórico. Não é fruto, como alguém poderia imaginar, de uma arbitrariedade de quem dirige o país, ou de uma facção que tem os destinos deste em suas mãos. Não. Basta ponderar que, no caso presente, essa mudança tem seus precedentes históricos e representa uma idéia que se formou através dos tempos.

Se quisermos analisar o problema da mudança da capital do Brasil sob esse aspecto, alguma coisa interessante certamente nos acudiria ao espírito. Eu mesmo teria tentação de lançar uma idéia, que é a seguinte: nós estamos, com a mudança da Capital Federal para o interior do Brasil, encerrando um ciclo, que seria o do Rio de Janeiro e, se quisermos ser mais precisos, o do litoral, ou da costa.

O Brasil foi descoberto há 400 e tantos anos, tendo começado a povoar-se do litoral para o interior. Decorridos os anos, decorridos os séculos, a população do Brasil, que partiu não podemos dizer do zero, porque existiam índios em suas terras, foi crescendo, crescendo, ocupando, primeiramente, a parte litorânea do país. As bandeiras, as entradas, as investidas, apesar dos magníficos trabalhos prestados, não modificaram o sentido geral da ocupação demográfica do Brasil, que é do litoral para o interior.

Naquele mapa estendido na parede (mostrando) está representada a densidade demográfica do Brasil. Ele ilustra bem meu pensamento, porque, através dele, sentimos um pouco do estado atual da distribuição da população, que hoje é de 50 milhões de habitantes, distribuídos pelo território de maneira heterogênea, em movimento geral de ocupação, do litoral para o interior. A situação atual é de uma faixa litorânea, de expressão econômica, política e social, em contraposição ao interior, que poderíamos, talvez, chamar, com o espírito cheio de preocupações, "o vazio" brasileiro. Essa faixa litorânea seria, para termos uma referência numérica, a faixa dos 500 quilômetros, que a tanto atingirá em média a sua largura, se dela fizermos uma medição. Então, vem, pelo menos ao meu espírito, a seguinte idéia: o Brasil levou cerca de 400 anos para produzir uma população de 50 milhões de habitantes que ocupa efetivamente uma faixa litorânea de 500 quilômetros.

Nessas condições, a posição da atual capital do país em relação à mencionada faixa litorânea é uma posição excêntrica, periférica, que não mais satisfaz às conveniências e às necessidades da vida nacional.

A impressão que se tem ou, pelo menos, a impressão que eu tenho, conforme já declarei, é que se está encerrando o ciclo do Rio de Janeiro, pois há necessidade, para a própria vida nacional, que a cabeça se localize em outro ponto, mais de acordo com a faixa demográfica litorânea, que abrange a larga extensão de 500 quilômetros ao longo do litoral.

Trata-se agora de iniciar um novo ciclo, — o de Brasília —, já que está terminado o ciclo litorâneo, ou do Rio de Janeiro. Aliás Brasília é um nome interessante, sugerido em 1822 nas Côrtes de Portugal para a nova capital do Brasil.

Há necessidade da localização da Capital Federal num ponto mais consentâneo com a atualidade brasileira.

Daqui a 100 ou 200 anos a população aumentará, a ocupação se alargará e o ciclo de Brasília terminará. Virá, depois, um outro ciclo, porque a penetração se acentuará, de modo que a faixa aumentará em largura, atingindo, talvez, a 1 000 quilômetros, o que será uma verdadeira maravilha.

É claro que a localização de uma capital tem de ser feita vinculada ao ambiente territorial em que se desenvolve a vida nacional. Se o palco da vida nacional limita-se por uma linha afastada do litoral de 500 quilômetros, a capital tem de ser em um ponto; se essa linha é de 1 000 quilômetros, ela tem de ser em outro ponto e se de 1 500, em outro.

Meu espírito está muito inclinado a considerar o fenômeno da mudança da capital como um fato histórico que, como todos os fatos históricos nacionais, caminha por progresso, de acôrdo com a evolução do próprio país; e, ademais, considero tal orientação de caráter bem científico.

Meu espírito não agasalha a idéia, que seria talvez, sedutora, da localização, por toda a eternidade, da capital do país em um determinado ponto. Não devemos encarar o problema com soluções teóricas. A mudança da capital do país é um problema sério, envolve grandes responsabilidades e aplicação de recursos vultosos, representando um ingente esforço da Nação.

A idéia da localização da capital no centro geométrico do país é uma idéia, sem dúvida encantadora. Mas, precisamos deixar de lado a poesia, pois o próprio matemático, que trabalha com símbolos por êle mesmo criados, quantas vezes resolve os seus problemas por aproximações sucessivas!

Como, então, imaginar a solução definitiva, perfeita e eterna de um problema social, cuja complexidade é reconhecidamente enorme? O problema é o seguinte: deve-se considerar a faixa de 500 quilômetros, onde se distribui a população do país e onde se desenvolve a vida nacional; nessas condições, para que a capital desempenhe o seu papel fundamental de sede do governo nacional, é preciso que esteja vinculada a essa faixa.

Eis aí, meus senhores, o que eu queria dizer sôbre o "Por que?"

Vamos agora nos concentrar um pouco sôbre a segunda pergunta: "Para onde?"

A resposta a essa pergunta cabe aos cientistas e técnicos. Para onde mudar a capital? É este um grande problema. Que diz a respeito a Constituição? Ela diz: a capital do país será transferida para o planalto do país. Então, desde logo se impõe a seguinte pergunta: que é planalto central do Brasil? Vamos a ver o que nos diz a Geografia. Ela nos diz que o planalto central é uma enorme região, a região central do maciço brasileiro. E se quisermos precisar melhor a idéia, vamos encontrar, como limite desse planalto, ao sul o rio Grande, que separa Minas de São Paulo, a leste, o rio São Francisco, a oeste, caminhando pelo planalto até às bordas do pantanal de Mato Grosso e ao norte indo pelos rios amazônicos até às primeiras quedas d'água. Essa é a área considerada planalto central do país, com, aproximadamente, dois milhões de quilômetros quadrados. A capital terá de ser localizada nessa imensa região na qual deverá ser feita a escolha de um ponto. Procurar ponto por ponto é tarefa desumana.

Não é possível. Como iríamos procurá-lo numa região de milhões de quilômetros quadrados? Isso não seria inteligente, lógico e compatível com o pensamento humano. Surge, então, imediatamente, a necessidade de estabelecer-se um método. Vou dar minha opinião pessoal, à luz da Geografia, a respeito desse método. Primeiro ponto, é o ponto de partida: o planalto central do país. Segundo ponto. Que diz a Geografia sôbre a localização da capital do país, referindo-se ao fato, que é indiscutível, de termos um Brasil povoado expressivamente e um Brasil praticamente despovoado?

É evidente o seguinte fato: a localização da capital tem de ser interiorizada, tem de ser levada para o oeste. Duas hipóteses se apresentam: vamos imaginar que nesta linha (desenhando no quadro negro) esteja representada a fronteira da parte povoada do país, digamos o limite daquela faixa pioneira da nossa civilização ou se quisermos, a fronteira econômica do país.

Na primeira hipótese, será localizada a capital no vazio, ou seja em região além daquele limite; na segunda hipótese, ficará situada em região expressivamente povoada, aquém da linha limite.

Vamos raciocinar um pouco: qual é a função da capital? É a de proporcionar sede aos dirigentes da vida nacional e esta se exerce onde está a gente do país.

Portanto, é difícil compreender como seja fácil dirigir do vazio. Se a capital deve preocupar-se sobretudo com a direção da vida nacional, tem de ser localizada no palco onde se desenvolve essa mesma vida, de modo a haver a melhor vinculação possível entre o cérebro e o sistema muscular do organismo nacional. O que parece mais indicado é localizar a capital na zona mais

ocidental possível da faixa de 500 quilômetros, e, então, ela poderá funcionar como se fôsse uma bomba aspirante premente. Localizada desse modo, ela poderá aspirar recursos e elementos da parte povoada, que refletem vitalidade política, social e econômica, para projetar esses mesmos elementos em favor do vazio e, portanto, em favor da expansão geral do país. Isto é o que parece mais lógico.

Os fatos nos dizem da dificuldade de planejar e localizar uma capital no vazio: antes de mais nada, todos os problemas complicam-se ao máximo. É preciso estabelecer-se um plano de auto-suficiência e é preciso que esta sempre seja de grande poder para que haja a necessária força de atração, o que não é obra de pouco tempo, segundo ensina a experiência.

Quem imagina a situação no vazio, tem em geral a idéia de que a capital, no começo, contará imediatamente com 100 ou 200 mil habitantes, população que logo atingirá a 500 mil, depois a um milhão e, assim, sucessivamente; entretanto a cousa na realidade se passa muito lenta. Há ainda o perigo do isolamento, da falta de apoio da parte civilizada, o que representa uma dificuldade na instalação e oferece sérios embaraços à manutenção. De modo que a meditação, o raciocínio, o bom senso e a lógica estão a indicar que a capital deve ser localizada o mais a oeste e ao norte possível, sim, mas dentro da faixa pioneira, de forma que, ao se instalar, encontre apoio nos pontos onde se processa a vida nacional. Isso, além de simplificar o problema material da mudança da capital, corresponde a uma realidade efetiva, a proporcionar melhores condições para que a capital exerça a sua função, que é a de dirigir um organismo vivo, do qual deve fazer parte integrante.

Nestas condições, surge uma segunda aproximação, no problema da escolha do local, que é a de determinar a faixa pioneira. Aos técnicos e cientistas cabe a tarefa de definir essa faixa, o que não é fácil. Os técnicos, os geógrafos já estão em campo a fim de recolher material que permita delimitar a faixa pioneira planáltina, a qual eliminará, preliminarmente, todo o oeste do planalto central do país, que não preenche condições para resolver satisfatoriamente o problema, devido ao seu despovoamento.

Surge agora uma terceira aproximação, que é perfeitamente lógica e compreensível. Um dos objetivos fundamentais que determinam a mudança é proporcionar ao dirigente do país condições as mais favoráveis à administração.

Daí uma condição primacial, que é a referente ao clima da região e do sítio onde se estabelecerá a capital. Seria um erro imperdoável transportar a capital da República para um ponto onde o clima fôsse igual ou pior ao do Rio de Janeiro. Evidentemente, as condições climáticas constituem parte fundamental do problema. A questão do clima está intimamente ligada à altitude, que é o elemento físico que corrige a latitude, e é preciso não esquecer de que estamos tratando de uma região caracteristicamente de baixa latitude. A medida que a altitude aumenta, o clima se torna mais ameno e favorável, porquanto em média a cada 150 metros de altitude corresponde um abaixamento de um grau centígrado na temperatura ambiente. Vamos imaginar por exemplo 800 metros de altitude, como representativa de temperatura amena. Não estou apresentando conclusões; apenas procuro precisar idéias com exemplos. Nessa ordem de idéias, a capital deveria ser localizada numa região de, pelo menos, 800 metros de altitude, o que não é difícil porque nessa região há numerosas zonas nessas condições.

Nessa região planáltina existem pontos de 800 e mais metros de altitude, como se poderá ver aqui (mostrando no quadro negro). Vamos dar uma coloração azul, por exemplo, em uma esquematização puramente simbólica ou teórica, sem qualquer idéia de individualização de locais.

Assim, reduzimos muito a região a ser estudada no planalto central do país, e já uma quarta aproximação poderá ser examinada.

Se houver duas zonas altas, de climas equivalentes, ambas na região pioneira planáltina e se uma estiver mais vinculada à vida nacional do que a outra, esta deverá merecer preferência, uma vez que facilitará a instalação da capital com maior presteza.

Então, poderemos considerar como quarta aproximação a questão da vinculação à vida nacional. E não pára aí o método. Ele continua, felizmente porque, continuando, permite uma seqüência de estudos e medidas que hão de nos conduzir à solução lógica do problema.

Há uma quinta consideração muito importante, baseada na distinção entre região e sítio. Região é uma larga extensão territorial e seu estudo tem um sentido nitidamente geográfico e amplo, através do qual se pode examinar o país no seu conjunto. Sítio é minúcia local, é topografia. Trata-se, pois, de geografia e topografia. Região é uma vasta extensão; sítio é uma extensão pequena, é uma localização. É preciso não confundir uma cousa com outra.

O sítio tem de ser escolhido dentro da região selecionada pelos critérios enunciados; depois de classificadas as regiões mais favoráveis do planalto central do país, nelas deverão ser examinados os sítios que oferecem as melhores condições urbanísticas.

É preciso, portanto, que os urbanistas se manifestem a respeito, mas eles devem olhar com olhos topográficos, a fim de verificarem as condições de água, relevo do solo, situação vegetal, qualidade da terra, etc., enfim, devem examinar uma série enorme de condições que deve oferecer o sítio que vai receber a nova cidade.

Portanto, as condições do sítio representam a quinta aproximação. Podemos ter em cada região sítios que poderão se prestar à localização da nova capital.

A comissão nomeada pelo governo para estudar o assunto dividiu-se em duas subcomissões: uma, para estudar as condições da região e outra para estudar as condições dos sítios.

Como vêm, meus amigos, demorei-me um pouco nesta parte, referente à escolha do local porque é sobre ela que devem falar os cientistas, os técnicos. O que é indispensável é que haja método, a fim de não perder-se tempo, procurando um sítio dentro dum colosso territorial como é o planalto central do país, sem seguir-se uma caminhada lógica.

O método que expus é nitidamente geográfico. Outros poderão existir, mas o que é importante — e neste ponto todos nós, da Comissão, estamos de acordo — é estabelecer-se um método de solução, a orientar-lhe os trabalhos e estudos.

* * *

Cabe agora dizer uma palavrinha sobre a terceira pergunta: "Como"? Este ponto levanta alarde e representa, de modo geral, um espantinho. Contra ele se levantam logo inúmeras objeções: despesas enormes, dificuldades de toda ordem, o Brasil não está em condições financeiras para enfrentar o problema, etc., etc.

Antes de mais nada, eu quero revelar uma particularidade muito importante: O presidente da República nomeou uma Comissão para estudar o assunto e, ao instalar-se a Comissão, chamou os seus membros para dar-lhes instruções a respeito. Fomos ao Palácio e S. Excia. nos declarou que era seu desejo fazer a mudança da capital do país ainda na vigência de seu mandato. Para muitos isso parecerá uma coisa impossível, cinco anos apenas... Mas tudo está na resposta a esta pergunta: "Como?" O plano da mudança tem de ser organizado com bastante segurança, em um prazo que poderá, digamos, variar à vontade. A mudança poderia ser feita até imediatamente, como poderia levar, 2, 5, 10 anos. Então surge à nossa frente uma circunstância importantíssima, que é a da oportunidade. Em 1891, a Constituição mandou mudar a capital. Foram feitos estudos, porém a capital não se mudou. Passaram-se anos. Em 1934 a Constituição então promulgada conservou o mesmo dispositivo e, igualmente, nada se fez. Em 1946 a Constituição manda mudar a capital e os horizontes são de melhores esperanças, uma vez que a idéia já se acha amadurecida e a vontade governamental é nítida.

Se a capital não foi mudada em 1891, não podemos classificar de arbitrário esse fato e nem tão pouco culpar quem quer que seja. Se não foi mudada em 1934, também a mesma coisa não podemos dizer. Agora, porém, tenho para mim que a idéia já está amadurecida; é como um fruto que se apresenta vermelho e que, a um pequeno toque, cai em nossas mãos, para nosso agrado. A Constituição determinou a mudança de maneira positiva; o presidente da República quer que essa mudança se efetue de maneira rápida. Os relatórios da Comissão serão submetidos ao Legislativo, que sobre os mesmos se manifestará, escolhendo, em definitivo, o local. Será, pois, a própria Câmara que votou a Constituição que dará solução à medida. Ela já tem perante o povo um compromisso moral perfeitamente caracterizado. Se perdermos a oportunidade, muda-se o presidente da República, muda-se o Legislativo, os deputados serão outros, o presidente da República será outro e surgirá uma interrogação: será feita a mudança, será efetivada nos nossos dias?

* * *

Meus senhores. Parece-me ter cometido uma grande imprudência, qual a de fatigar, com a minha descolorida e monótona palestra, um auditório tão seletto. Mas, acreditem todos: o meu sacrifício é maior do que o de cada um de vós.

Fui levado, pela importância do assunto, a alongar-me bastante, reconhecendo, entretanto, que nada justifica o privilégio que me coube de reunir a

presença de tão ilustres pessoas, cujo tempo, seguramente, poderia ser melhor aproveitado. Mas, acima de tudo, falou aqui o patriotismo de um dos responsáveis pela solução do magno problema.

Não quero ficar apenas na desenxabida explanação; mas, movido pelo desejo ardente de ver um Brasil melhor, eu me aventuro a formular um apêlo que, sem dúvida, se enquadra muito bem neste cenário acolhedor das "Alterosas". Indubitavelmente, Minas Gerais, através de seus homens e de sua história, é um rincão brasileiro que magníficas indicações e ensinamentos oferece à nacionalidade para a solução do magno problema da interiorização da capital do país. Os próprios Inconfidentes idealizaram a medida de interiorização. Para não ir tão longe — e considerando mais do que as idéias, os fatos — temos o exemplo vivo desta Belo Horizonte maravilhosa, que refletiu na sua instalação um gesto de beleza do povo mineiro, beleza de duplo sentido, porque conseguiu Minas, com a mudança de sua capital de Ouro Preto, a um tempo e em dueto mavioso de consonâncias magníficas, atender a duas tendências de espírito: uma, de conservadorismo de suas nobres relíquias; outra de progressismo, no sentido da criação de uma metrópole moderna e plena de vitalidade, para o exercício de sua função suprema de sede dirigente da vida mineira. Com a mudança, Minas demonstrou a um tempo que é conservadora, não deformando a sua linda jóia, que é precioso relicário — Ouro Preto —, mas criando um aparelho vivo, moderno, vibrante de ação e de entusiasmo — Belo Horizonte. Portanto, Minas Gerais oferece um ambiente psicológico favorável ao apêlo formal, que me aventuro anunciar, no sentido de que, através de seus homens políticos, dos seus intelectuais, cientistas e técnicos, — esta Minas Gerais que desfraldou, na nossa história a bandeira gloriosa dos Inconfidentes e que deu ao Brasil o exemplo maravilhoso da mudança de sua capital, agora, neste momento da vida nacional, através de seus homens políticos, intelectuais, cientistas e técnicos, se constitui um dos apoios, um dos baluartes fortes da efetivação da mudança da capital do Brasil.

É preciso que encerremos com galhardia, com eficiência e sabedoria o ciclo do Rio de Janeiro. Tenho dito.